

SAMANTA SALLUM samantasallum.df@cbnet.com.br

CAPITAL S/A

“NO LUGAR DESCONHECIDO
HABITA O DESEJO.”

Milton Hatoum

Sinduscon reelege diretoria

Seguindo a tradição da entidade de escolher por chapa única a diretoria, Dionyzo Klavdianos foi reeleito ontem à presidência do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (Sinduscon). Para o biênio 2021-2023, foi eleita a chapa Reconstrução. Os cargos de 1º vice-presidente e vice-presidente Administrativo-Financeiro continuam sob responsabilidade de Roberto Botelho e Adalberto Valadão Júnior, respectivamente. Marcelo Machado Guimarães também foi reeleito para o Secconci-DF, Serviço Social da Indústria da Construção Civil.



Sinduscon DF/Divulgação

Maior PIB

O Sinduscon no DF reúne 200 empresas associadas, que geram atualmente 50 mil empregos diretos e formais. O setor representa 83% do PIB da indústria na capital federal. Segundo Dionyzo Klavdianos, a entidade enfrentou positivamente as dificuldades impostas pelo fim da obrigatoriedade da contribuição sindical e pela pandemia da covid-19. “Estamos reconstruindo o sindicato e buscando novos caminhos para contribuir com o empresário do setor e a sociedade de Brasília”, afirma.

Balanço de gestão

Conseguir manter as atividades do setor funcionando em meio à pandemia com monitoramento diário dos canteiros de obras para evitar contaminação foi um dos legados de gestão para o presidente da entidade. “Fomos referência para o Brasil com cartilhas e procedimentos contra a covid-19. E assim foi possível manter e gerar milhares de empregos”, aponta.

Novas perspectivas

Oferecer mais prestação de serviços aos associados fortalecendo as assessorias legislativa e jurídica, além de fomentar a inovação tecnológica e a sustentabilidade no setor, está entre as metas da direção reeleita do Sinduscon.

Doação para hospitais

O Sinduscon, junto da Ademi, doou R\$ 670 mil ao GDF para ajudar na construção de mais unidades de atendimento a pacientes com covid. O presidente reforça a preocupação com a sociedade e a saúde pública. “Realizamos nossa contribuição doando também máscaras, equipamentos e realizando obras emergenciais em instalações públicas no enfrentamento desta pandemia.”

Dias especiais de ativismo literário

Em meio à polêmica sobre a ameaça de extinção de isenção tributária para livros, o II BiblioFest reforça as bibliotecas como espaços de resistência. Dias de pleno ativismo literário, com oficinas e bate-papos imperdíveis, movimentam o evento até domingo. Entre os participantes estão Milton Hatoum, considerado um dos grandes escritores brasileiros da atualidade; Maria Valéria Rezende, autora do romance literário *Cartas à rainha louca*, obra vencedora do Prêmio Jabuti 2020, e a escritora Kiusam de Oliveira (foto), autora de um dos 10 livros apontados pela ONU como mais importantes do mundo que tratam sobre direitos humanos.

Associação de bibliotecários

O II BiblioFest foi idealizado pela Associação de Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal (ABDF) para ser presencial, mas ganhou maior abrangência por causa das restrições sanitárias e, graças à virtualidade, estará disponível para todos os brasileiros pelo canal da ABDF no YouTube. O evento é gratuito e financiado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF.

Objetivos da ONU

Sob o tema “Bibliotecas e Agenda 2030: rumo à inclusão social”, o evento converge com os 17 objetivos da Agenda 2030 da ONU para desenvolvimento sustentável. A programação completa pode ser acessada em <https://abdf.org.br/bibliofest/programacao/>. A transmissão será pelo canal da ABDF no YouTube: <https://www.youtube.com/c/ABDFHoje>.



Divulgação

IESB/Divulgação



Semana Jurídica do lesb com Marcelo Tas

Para debater sobre as novas tecnologias e os desafios da educação em tempos de pandemia, a XIII Semana Jurídica do Centro Universitário lesb receberá dois convidados especiais: Marcelo Tas, comunicador, participante do Conselho de Professores do Ibmecc e responsável pela Cátedra de Inovação e Jornalismo; e a professora Eda Machado, fundadora do lesb. Os dois estarão juntos para uma live amanhã, às 18h30.

Novas ferramentas digitais

“Entendemos que apoiar o desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos faz parte de nossa responsabilidade. Portanto, entre os assuntos abordados, os convidados discutirão sobre o direito à educação, a reinvenção da aprendizagem no ensino superior e como

utilizar as ferramentas digitais para promover melhor engajamento e participação dos professores e alunos”, afirma a organizadora da Semana Jurídica do lesb, a professora Any Ávila Assunção. Ela é coordenadora do programa de mestrado em direitos sociais e do curso de direito da instituição.

Mediação

O encontro terá ainda como mediador o procurador federal e professor do lesb Douglas Marin. Evento gratuito e aberto ao público. Transmissão ao vivo pelo YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=YVb5yfAzMNo>.

HABITAÇÃO / Seduh abre consulta pública para a população opinar em projetos que demarcarão Parcelamentos Urbanos Isolados, espaços consolidados em setores rurais, entre eles parte do Incra 9, em Ceilândia. Levantamento vai até 31 de maio

Regularização para nove áreas

» ANA MARIA DA SILVA

A Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) abriu, ontem, uma consulta pública para a população dar sugestões à proposta de decreto para demarcar nove áreas caracterizadas como Parcelamentos Urbanos Isolados (PUIs) — espaços urbanos consolidados inseridos em áreas rurais. A consulta vai durar até 31 de maio, e é o primeiro passo para o processo de regularização fundiária nesses locais, que beneficiará 5.015 habitantes.

Cinco das novas áreas ficam em Ceilândia: Núcleo Urbano 9 do Incra 9; Projeto Integrado de Colonização e Reforma Agrária (Picag) 3/372; Quintas do Amaranthes; Residencial Monte Verde; e Vista Bela. As demais são: Cooperfruit, em Brazlândia; Granja Modelo 2, no Riacho Fundo 2; Granjas Reunidas Asa Branca, no Gama; e Morada Quintas do Campo, no Paranoá.

Juntos, os terrenos somam 288,05 hectares — o equivalente a 288 campos de futebol. Os parcelamentos foram sinalizados pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) de 2009, mas aguardavam pela demarcação das poligonais, que são preliminares e deverão ser aprovadas em conjunto com um projeto urbanístico.

De acordo com a diretora de Regularização Fundiária da Seduh, Denise Gouvea, com o processo de demarcação “será possível entender melhor a estrutura de cada local, o que contribuirá para a futura regularização, que ainda envolve outras

Bruno Peres/CB/D.A.Press



Parte do Incra 9, em Ceilândia, está entre as novas áreas que serão regularizadas

beneficórias, como implementação de infraestrutura básica e equipamentos públicos”.

Parcelamento

O Parcelamento Urbano Isolado é uma categoria de assentamento para regularização fundiária urbana definida no Pdot, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009. “O Pdot de 2009 sinalizou 28 Parcelamentos Urbanos Isolados para serem demarcados. A Seduh já demarcou 12 antes da atual gestão. Agora, com mais nove, ficariam demarcados 21 parcelamentos”, informou a diretora de Regularização Fundiária.

Toda a informação necessária para subsidiar a consulta pública da população, como a minuta do decreto, mapas e fotos das áreas, está disponível no site <http://www.seduh.df.gov.br>. Os interessados poderão fazer suas contribuições à minuta do decreto e enviá-las ao e-mail direg@seduh.df.gov.br. Após analisadas e aprovadas pela equipe técnica da Seduh, as sugestões poderão ser acrescentadas ao texto final.

Muros e guaritas

A Seduh promoveu, ontem, uma audiência pública para de-

bater a regularização de muros e guaritas de condomínios fechados do Distrito Federal. O projeto de lei complementar (PLC) em análise visa estabelecer critérios e parâmetros para normatizar o fechamento de loteamentos.

Na avaliação do secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Matheus Oliveira, o PLC é de grande importância para o DF, uma vez que pretende pôr fim à insegurança jurídica enfrentada há várias décadas pelos condomínios e por toda a população. “Entendemos que é melhor regulamentar o assunto, definir limites, critérios e requisitos, pois a ci-

dade precisa crescer de forma ordenada”, afirmou Mateus.

A forma de cálculo do preço público foi baseada em uma regra já existente disposta no decreto nº 17.079, de 1995, texto que dispõe sobre a cobrança do preço público pela utilização de áreas públicas do DF. O valor correspondente ao uso de área pública por região administrativa é dividido em quatro grupos (veja Preço público).

Dentre as sugestões de mudanças apresentadas por síndicos e moradores, majoritariamente, esteve a suspensão da cobrança do preço público para o fechamento ou a redução do valor. Síndica há 17 anos e presidente da União dos Condomínios e Associações de Moradores no DF (Unica-DF), a advogada Júnia Bittencourt, 59 anos, diz que inicialmente, a notícia foi recebida com alívio pelos moradores do Grande Colorado. “Foi um alívio no que se refere à regulamentação dos fechamentos, mas também preocupante, devido ao valor desproporcional a ser cobrado”, pontua.

De acordo com Júnia, o projeto já melhorou bastante desde a primeira minuta divulgada, mas ainda deve ser aprimorado. “O ponto negativo é realmente o valor proposto para o preço público. Não é razoável e pode inviabilizar os fechamentos se prevalecer assim”, acrescenta. Dentre as propostas feitas pelo grupo que a síndica representa, estão reconhecer a realidade de cada parcelamento e deixar a opção do modelo de fechamento a ser adotado à escolha dos moradores.

» Preço público

GRUPO 1 (R\$ 16,10 por m²)
» Plano Piloto, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Candangolândia Sudoeste/Octogonal

GRUPO 2 (R\$ 14,68 por m²)
» Núcleo Bandeirante, Guarã, Águas Claras, Park Way, SCIA/Estrutural, SIA, Jardim Botânico, Vicente Pires, Arniqueira

GRUPO 3 (R\$ 10,17 por m²)
» Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Riacho Fundo 2, Sobradinho 2

GRUPO 4 (R\$ 6,40 por m²)
» Paranoá, Santa Maria, Ceilândia, São Sebastião, Recanto das Emas, Varjão, Itapoã, Fercal, Sol Nascente e Pôr do Sol

» Piscina de Ondas

Desativada desde 1997, a Piscina de Ondas do Parque da Cidade pode ser reativada ainda em 2021. A secretária de Esportes do Distrito Federal, Giselle Ferreira, afirmou que o projeto de revitalização deve ser finalizado em dois meses, e a licitação será lançada durante esse período. A previsão é de que as obras terminem até o fim deste ano. “Em 60 dias, concluímos e fazemos a licitação. Já a reforma dura cerca de seis a oito meses”, detalha a responsável pela pasta. Inaugurado em 1978, o local chegou a receber uma média de 10 mil pessoas durante o fim de semana, no auge do funcionamento.